



Câmara Municipal de Brodowski

Estado de São Paulo

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 001/2024 EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2024 (Processo Administrativo nº 016/2024)

1. DA COMUNICAÇÃO E DO OBJETO

A **CÂMARA MUNICIPAL DE BRODOWSKI**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 56.889.587/0001-96, com sede na Av. Champagnat, nº 60, na cidade de Brodowski-SP, COMUNICA aos interessados que fará realizar procedimento auxiliar na forma de **CREDENCIAMENTO**, para Contratação via Credenciamento de empresa especializada na administração e fornecimento de documentos de legitimação (cartões eletrônicos, magnéticos ou outros oriundos de tecnologia adequada), em arranjo de pagamento fechado ou aberto, para aquisição de gêneros alimentícios com estabelecimentos comerciais credenciados (supermercados, hipermercados, comércios de laticínios, padarias, açougues, lanchonetes e similares) no município de Brodowski e região, destinados aos servidores da Câmara Municipal de Brodowski.

O presente certame será regido pelas Lei Federal nº 14.133/ 2021, sem prejuízo de outras legislações aplicáveis.

2. DO LOCAL, DO PERÍODO E DO HORÁRIO PARA ENTREGA DOS DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

2.1. O Edital permanecerá aberto para ingresso de novos interessados, a partir da data de publicação nos meios oficiais de publicidade.

2.2. A data limite para entregas dos documentos (para que a empresa possa receber adesões de servidores no exercício vigente) é até às 15h do dia 28 de novembro de 2024.

2.3. A Administração poderá republicar editais de credenciamento, para maior publicização e chamamento de novos interessados.

2.4. As CREDENCIADAS deverão celebrar o contrato, sempre que convocadas, sob pena das sanções relacionadas à inexecução total da contratação.

2.5. Caso as CREDENCIADAS não desejem mais serem potenciais contratadas, deverão solicitar o seu descredenciamento com 30 (trinta) dias de antecedência. Dentro deste período de 30 (trinta) dias, ficarão sujeitas à obrigação do item anterior.

2.6. As CREDENCIADAS que possuam contrato em vigor não estarão impedidas de se descredenciar, desde que respeitado o prazo anteriormente fixado. Contudo, seu descredenciamento não as desobriga da correta execução do contrato vigente celebrado.

2.7. A Administração manterá em seu site relação das empresas CREDENCIADAS.

2.8. O Edital estará disponível nos seguintes canais:

2.8.1. Extrato no Jornal Oficial Eletrônico do Município;

2.8.2. Íntegra no Portal Nacional de Compras Públicas, caso haja disponibilidade do sistema;



Câmara Municipal de Brodowski

Estado de São Paulo

2.3. Íntegra no site da Câmara Municipal de Brodowski.

3. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 As despesas para execução do presente Credenciamento correrão por conta de Recursos Próprios, previamente empenhados neste exercício: 3.3.90.46.00 – Auxílio Alimentação.

4. DA APRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO

4.1. Deverão ser apresentados os seguintes documentos para fins do CREDENCIAMENTO:

4.1.1 Carta de Apresentação dos Documentos de Credenciamento e Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo de Credenciamento **(ANEXO I)** assinada pela representante legal da proponente ou por pessoa devidamente autorizada em procuração.

4.1.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas **(ANEXO II)**.

Atenção:

- a) Caso a carta seja assinada por procurador(a), deverá a procuração constar juntamente do documento, sob pena de não credenciamento.
- b) Se o licitante for ME ou EPP: deverá apresentar Declaração de Enquadramento de ME ou EPP **(ANEXO III)**.

4.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

4.2.1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e alterações subsequentes, devidamente registrados na Junta Comercial do respectivo Estado;

4.2.2. Para Sociedade por Ações: Inscrição do ato constitutivo e alterações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, em exercício;

4.2.3. Para Empresas como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (EPP), enquadradas como tal, deverão apresentar a Declaração de Enquadramento em regime de tributação, conforme **ANEXO III**.

4.3 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

4.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

4.3.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede do licitante.

4.3.3. Prova de Regularidade Fiscal de Tributos Municipais.

4.3.4. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado, do domicílio ou sede do licitante, dentro do prazo de validade.



Câmara Municipal de Brodowski

Estado de São Paulo

4.3.5. Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, do domicílio do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.

4.3.6. Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS através do Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal.

4.3.7. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei - Certidão Negativa de Débito - CND.

4.3.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo distribuidor da sede ou domicílio da pessoa jurídica com data não superior a 180 (cento e oitenta) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.

4.3.9. A prova de regularidade deverá ser feita por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, nos termos do Código de Tributário Nacional.

4.3.10. Declaração que não Emprega Menor de Idade salvo na Condição de Aprendiz (Artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal) **ANEXO IV.**

4.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

4.4.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

4.4.2. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede da pessoa jurídica, com data não superior a 90 (noventa) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.

Observação 1: No caso em que a Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais, de Regularidade Fiscal e a Certidão Negativa da Dívida Ativa forem unificadas, facultado ao licitante à apresentação unificada da Certidão Negativa de Débitos Federais, da Certidão disposta no item anterior e a Certidão de Dívida Ativa.

Observação 2: As empresas que se encontrem em situação de recuperação judicial deverão apresentar o Plano de Recuperação, homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, conforme Súmula 50 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e do AREsp 309.867/ES do Superior Tribunal de Justiça.

Atenção:

- i. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (art. 65, § 1º Lei 14.133, de 2021).
- ii. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- iii. Admite-se a apresentação de balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social. Não será admitida, para fins de demonstração da capacidade.



Câmara Municipal de Brodowski

Estado de São Paulo

4.5. DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS: PROVA DA REGULARIDADE FISCAL DAS ME/EPPS

- a) A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato; (LC nº 123, art. 42)
- b) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição; (LC nº 123, art. 43, caput);
- c) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa; (LC nº 123, art. 43, § 1º);
- d) A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e das demais medidas legais autorizadas à Administração.

5. IMPEDIDOS DE PARTICIPAR:

- a) Consórcios;
- b) Empresa declarada inidônea para contratar com o Poder Público;
- c) Empresa impedida de contratar com o Poder Público Municipal de Brodowski;
- d) Empresa que esteja em período de suspensão de contratos com o Poder Público, em regime de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial;
- e) Empresa que incorram nas condições impeditivas;
- f) Empresa da qual participe, seja a que título for, agente público ou agente político do Município de Brodowski.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE CREDENCIAMENTO:

6.1. Os documentos relativos ao credenciamento deverão ser apresentados por uma das seguintes formas:

- i) **Presencialmente, até a data limite** informada no item 2.1 deste Edital, a Comissão de Contratação ou servidor designado para o recebimento, em envelope lacrado, identificado;
- ii) **No e-mail:** licitacao@camarabrodowski.sp.gov.br, que será confirmado o recebimento.
- iii) Por postagem *via* serviços de fretes e/ou entregas e Correios, desde que entregues até a data limite, sendo observados os requisitos:
 - a. Original, se for o caso. Nesta hipótese, ficará retido nos autos ou,



Câmara Municipal de Brodowski

Estado de São Paulo

- b. Cópia simples, juntamente do original, para conferência de autenticidade pelo Agente de Contratação; ou
- c. Cópia simples, com declaração de autenticidade firmada por advogado, ou,
- d. Na impossibilidade de apresentação conforme itens anteriores, cópia autenticada.

6.2. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

6.3. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

6.4. Se o proponente for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.5. Caso o proponente pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de ambos os estabelecimentos.

6.7. O Comissão de Contratação diligenciará efetuando consulta na *Internet* junto aos sites dos órgãos expedidores a fim de verificar a veracidade dos documentos obtidos por este meio eletrônico.

6.8. Como condição prévia ao exame da documentação de credenciamento do proponente, a Comissão de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- b. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- c. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, do Conselho Nacional de Justiça;
- d. Cadastros de Impedimentos e Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP);
- e. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

6.7. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa proponente e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.8 Constatada a existência de sanção a Comissão de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

6.9 Deverá ser indicado nos envelopes endereço de *e-mail* e telefone para contato.

7. DO JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO

7.1. A documentação de credenciamento apresentada até a data e horário fixados neste edital será examinada pelo Comissão de Contratação, o qual, verificado o



Câmara Municipal de Brodowski

Estado de São Paulo

encaminhamento de todos os documentos exigidos, declarará o(s) proponente(s) credenciado, elaborando ata a ser posteriormente publicizada no site da Câmara Municipal e no Portal Nacional de Compras Públicas, caso haja disponibilidade no sistema.

7.2. Posteriormente à publicação dos atos de autorização e ratificação da inexigibilidade de licitação, será providenciada a formalização contratual, a partir do julgamento feito pelos servidores da Câmara Municipal, na forma deste Edital.

7.3. Não será CREDENCIADA a proponente que:

7.3.1. deixar de apresentar qualquer um dos documentos relacionados neste Edital, ou apresentá-los em desacordo com as demais exigências do presente Edital.

7.3.2. não comprovar os requisitos de habilitação ou outros exigidos no item 4 deste Edital, ou que os apresente em desacordo com as exigências deste Edital.

7.4. Após decisão pela Comissão de Contratação dos proponentes credenciados, caberá recurso na forma do item 10 deste Edital, devendo a intenção de recorrer ser realizada imediatamente, sob pena de preclusão.

7.5. DESCREDENCIAMENTO

7.5.1. Quando houver: Pedido formalizado pelo credenciado; Perda das condições de habilitação do credenciado; Descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e Sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento. Aplicação subsidiária do Decreto Federal Nº 11.878/2024.

8. DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Até a data e o prazo indicado neste Edital, a proponente deverá apresentar, juntamente do Envelope Nº 1 – Documentos de Credenciamento, o Envelope nº 2 – Proposta, contendo:

8.1.1. Formulário padronizado de proposta (**ANEXO V**)

8.1.2. Proposta comercial da empresa (folder ou equiparado), com apresentação de seu trabalho e informação dos estabelecimentos que já possui credenciados, em se tratando de empresas que operam pelo arranjo fechado, uma vez que tais informações são objeto de interesse dos beneficiários.

8.2. Caberá aos servidores da Câmara escolher, dentre as empresas CREDENCIADAS, aquela que melhor atenda às suas necessidades.

8.3. Os servidores serão convocados para que promovam a escolha da CREDENCIADA.

8.4. Os servidores deverão permanecer vinculados à empresa escolhida durante todo o período de vigência contratual.

8.5. As empresas que vierem a ser CREDENCIADAS somente poderão oferecer Serviços que atendam plenamente aos requisitos previstos no presente Edital.

8.6. Após escolha das empresas CREDENCIADAS pelos beneficiários, a Comissão de Contratação elaborará ata a ser posteriormente publicizada no site da Câmara Municipal e no Portal Nacional de Compras Públicas, caso haja disponibilidade no sistema.



Câmara Municipal de Brodowski

Estado de São Paulo

8.7. CREDENCIADA será considerada apta a formalização contratual, se alcançar a adesão de no mínimo 03 (três) dos servidores.

8.8. Os servidores que escolherem uma CREDENCIADA que não obtiver a adesão mínima estabelecida serão convidados a fazer nova escolha entre as CREDENCIADAS aptas.

9. DA IMPUGNAÇÃO E DO RECURSO

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei 14.133 de 2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame. **O pedido deverá ser formulado exclusivamente por e-mail: licitacao@camarabrodowski.sp.gov.br**

9.1.1. É vedado o anonimato.

9.1.2. Para a impugnação/informação, é obrigatória prova da representação, em caso de representante de pessoa jurídica. O não atendimento importará no arquivamento da impugnação ou pedido de esclarecimento, sem análise de mérito, sem prejuízo da análise de ofício pela Administração.

9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial/site da Câmara Municipal em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.3. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis da intimação ou da lavratura da ata nos casos de:

9.3.1. Julgamento das propostas;

9.3.2. Habilitação ou inabilitação de proponente;

9.4. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

9.4.1. A apreciação será em fase única.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

9.8. Será assegurado ao proponente vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.9. As razões de recurso deverão ser protocolizadas, no prazo supra, **exclusivamente pelo seguinte e-mail: licitacao@camarabrodowski.sp.gov.br**, sob pena de se configurar desistência da intenção de recurso manifestada na sessão pública.

9.10. Encerradas as fases de julgamento do credenciamento e da proposta, e exauridos os recursos administrativos, o processo será encaminhado à autoridade superior, que poderá:



Câmara Municipal de Brodowski

Estado de São Paulo

- a. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b. revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c. proceder à anulação do procedimento, de ofício ou mediante provocação de terceiros; sempre que presente ilegalidade insanável;
- d. adjudicar o objeto e homologar o procedimento.

9.11. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

9.12. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

9.13. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

10.DA REABERTURA DO CERTAME

10.1. Poderá ser reaberto, se for pertinente:

10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.1.2. Quando houver erro na aceitação, ou o CREDENCIADO não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista.

11.DO TERMO DE CONTRATO

11.1. Após a homologação do credenciamento, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato, conforme **ANEXO VI**.

11.2. Assinatura do contrato: o adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados de sua convocação para a assinatura do contrato:

11.3. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela administração.

11.4. Não realizada a assinatura, ocorrerá a perda do direito de contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.5. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os demais credenciados, conforme escolha dos beneficiários na forma deste Edital, para a celebração do contrato.

11.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

11.7. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional



Câmara Municipal de Brodowski

Estado de São Paulo

de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

11.8. Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito do adjudicatário perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, esta Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.9. Não apresentada situação regular de que trata os itens anteriores, serão os demais credenciados, com vistas à celebração da contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções ao credenciado faltante.

11.10. A empresa contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas, apresentando documentação revalidada se, no curso do contrato, algum documento perder a validade.

11.11. Administração poderá obrigar a Contratada a corrigir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se verificar incorreções relacionadas à quantidade e qualidade dos serviços prestados.

11.12. O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133 de 2021, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste ato convocatório.

12.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

12.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

13.DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

14.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

14.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são as estabelecidas no Termo de Referência.

15.DO PAGAMENTO

15.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.



Câmara Municipal de Brodowski

Estado de São Paulo

16.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

16.1. O licitante ou contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas no art. 155 da Lei 14.133 de 2021, na forma dos artigos 156 e seguintes.

16.2. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, no importe de 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o valor total estimado da contratação.

16.3. A inexecução total do serviço implicará na multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total estimado da contratação, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

16.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e implicará na multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total estimado da contratação, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

16.5. As demais multas serão calculadas de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) sobre o valor total da contratação estimada em edital ou contrato, conforme o caso e de acordo com o regramento previsto na Lei 14.133 de 2021.

16.6. O pagamento das multas não elide a responsabilidade da CONTRATADA por danos causados à CONTRATANTE.

16.7. O valor das multas poderá ser descontado de eventual pagamento devido à CONTRATADA. Na impossibilidade, será encaminhada ao órgão competente para inscrição em dívida ativa, sem prejuízo da ação executória cabível.

16.8. Previamente ao encaminhamento à inscrição, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

17.1. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

17.2. Os autos do processo ficarão disponíveis durante todo o certame, que poderão ser visitados pelos interessados, mediante solicitação prévia à Comissão de Contratação.

17.3. No julgamento das propostas e da habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.4. A homologação do resultado neste credenciamento não implica direito líquido e certo à contratação.

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, da finalidade e da segurança da contratação.



Câmara Municipal de Brodowski

Estado de São Paulo

17.6. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do proponente, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9. As partes deverão assinar o Termo de Notificação e Ciência (TCESP) e a Declaração de Documentos à Disposição do TCEP, a serem encaminhados pelo gestor de contratos designado.

17.10. O Foro para dirimir qualquer questão contratual será o da comarca de Brodowski/SP, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Câmara Municipal de Brodowski, 12 de novembro de 2024

BRAZ GONÇALVES DA SILVA FILHO
- PRESIDENTE -



Câmara Municipal de Brodowski

Estado de São Paulo

ANEXO I

CARTA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO E INEXISTÊNCIA DE QUALQUER FATO IMPEDITIVO À PARTICIPAÇÃO

A _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____, por seu(s) representante(s) legal(is), interessada em participar do Credenciamento nº 01/2024, da Câmara Municipal de Brodowski, DECLARA, sob as penas da lei, que examinou criteriosamente os documentos deste Edital e julgou-os suficientes para a elaboração da proposta financeira voltada ao atendimento do objeto licitado em todos os seus detalhamentos.

DECLARA, ainda, que:

- Até a presente não possui nenhum impedimento para sua participação no presente certame licitatório, bem como atende a todos os requisitos de habilitação, conforme art. 63, I da Lei 14.133, de 2021, respondendo o declarante pela veracidade da declaração, sujeito às sanções, na forma da lei.

Local/Data
Assinatura
RG CPF representante



Câmara Municipal de Brodowski

Estado de São Paulo

ANEXO II

DECLARAÇÃO CUMPRIMENTO RESERVA VAGAS

A _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº. _____, por seu(s) representante(s) legal(is), interessada em participar do Credenciamento nº 01/2024, da Câmara Municipal de Brodowski, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local/Data
Assinatura
RG CPF representante



Câmara Municipal de Brodowski

Estado de São Paulo

ANEXO III DECLARAÇÃO ENQUADRAMENTO ME/EPP

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa, CNPJ., é (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE), nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do CREDENCIAMENTO N.º 01/2024, realizado pela Câmara Municipal de Brodowski.

Local/Data

Assinatura

RG CPF representante da outorgante



Câmara Municipal de Brodowski

Estado de São Paulo

ANEXO IV DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO ART. 7º, XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº. _____, por seu(s) representante(s) legal(is), interessada em participar do Credenciamento nº 01/2024, da Câmara Municipal de Brodowski, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, o qual proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Local/Data
Assinatura
RG CPF representante



Câmara Municipal de Brodowski

Estado de São Paulo

ANEXO V

FORMULÁRIO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A empresa, estabelecida na Rua n°,
Bairro....., na cidade de Estado de, CEP:
....., inscrita no CNPJ/MF sob n°, telefone ()
....., e-mail, se propõe a fornecer à Câmara
Municipal de Brodowski/SP, em estrito cumprimento ao previsto no edital, o objeto nele
descritos, conforme abaixo discriminado:

Descrição dos Serviços	Valor Unitário do Vale Alimentação o por Servidor	Percentual da Taxa %	Valor Unitário com % por servidor	Valor Mensal com taxa de administração (11 servidores)	Valor total (12 meses)
Contratação via Credenciamento de empresa especializada na administração e fornecimento de documentos de legitimação (cartões eletrônicos, magnéticos ou outros oriundos de tecnologia adequada), em arranjo de pagamento aberto ou fechado, para aquisição de gêneros alimentícios com estabelecimentos comerciais credenciados (hipermercados, comércios de laticínios, padarias, açougues, lanchonetes e similares) no município de Brodowski e região, destinados aos servidores da Câmara Municipal de Brodowski. Qtde servidores: 11	R\$ 888,06	0 %			

Valor global total: R\$(_____)

Declaramos também que os serviços, objeto do Credenciamento nº 001/2024, serão entregues em estrita conformidade com as condições impressas em todos os documentos constantes no Termo de Referência, os quais conhecemos e aceitamos em todos os seus termos, sem qualquer ressalva.

Declaro que o prazo de eficácia desta proposta durará até o descredenciamento definitivo desta proponente, e terá seu prazo de início contado da data da entrega de seu respectivo envelope.

O(a) procurador(a) de nossa empresa, cuja razão social é,
que assinará o contrato é o(a) Sr.(a), CPF nº e RG .
nº.....

_____de_____de 2024



Câmara Municipal de Brodowski

Estado de São Paulo

ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, GERENCIAMENTO, ADMINISTRAÇÃO, FISCALIZAÇÃO, SUPERVISÃO, EMISSÃO E FORNECIMENTO DE CARTÃO-ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE CARTÕES MAGNÉTICOS – SISTEMA ON-LINE, QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE BRODOWSKI/SP E A _____.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº _____/2024.

Processo Administrativo nº xxxxxx/2024.

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE BRODOWSKI/SP**, com sede na Avenida Champagnat, n.º 60, inscrita no CNPJ sob o n.º 56.889.587/0001-96, neste ato representada por seu Presidente, Vereador Sr. **BRAZ GONÇALVES DA SILVA FILHO**, brasileiro, casado, portador do RG nº 10.879.558-5 e CPF nº 979.179.588-68, residente e domiciliado na Rua Franklin Machado Santana, nº 1.110, Bairro Arantes Ferreira, na cidade de Brodowski/SP, doravante designada **CONTRATANTE**, e, de outro a Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada na cidade de _____, à _____, n.º. __, neste ato representada por _____, doravante designada **CONTRATADA**, têm entre si justo e contratado o que segue, nas cláusulas e condições a seguir enumeradas, que aceitam e se comprometem a cumprir.

1. DO OBJETO

A **CONTRATADA** por força do presente instrumento obriga-se nos termos do edital do Credenciamento nº 01/2024, seus anexos e de sua proposta apresentada, a qual fará parte integrante deste instrumento -para Contratação via Credenciamento de empresa especializada na administração e fornecimento de documentos de legitimação (cartões eletrônicos, magnéticos ou outros oriundos de tecnologia adequada), em arranjo de pagamento fechado ou aberto, para aquisição de gêneros alimentícios com estabelecimentos comerciais credenciados (hipermercados, comércios de laticínios, padarias, açougues, lanchonetes e similares) no município de Brodowski e região, destinados aos servidores da Câmara Municipal de Brodowski, conforme especificações descritas na CLÁUSULA SÉTIMA deste contrato, em conformidade com a quantidade, especificações e preço unitário e total, como segue:

Descrição dos Serviços	Valor Unitário do Vale Alimentação o por Servidor	Percentual da Taxa %	Valor Unitário com % por servidor	Valor Mensal com taxa de administração (11 servidores)	Valor total (12 meses)



Câmara Municipal de Brodowski

Estado de São Paulo

Contratação via Credenciamento de empresa especializada na administração e fornecimento de documentos de legitimação (cartões eletrônicos, magnéticos ou outros oriundos de tecnologia adequada), em arranjo de pagamento aberto ou fechado, para aquisição de gêneros alimentícios com estabelecimentos comerciais credenciados (hipermercados, comércios de laticínios, padarias, açougues, lanchonetes e similares) no município de Brodowski e região, destinados aos servidores da Câmara Municipal de Brodowski. Qtde servidores: 11	R\$ 888,06	0 %			
---	------------	-----	--	--	--

Valor global total: R\$(_____)

2. DA VINCULAÇÃO

2.1 Os signatários deste Contrato sujeitam-se às normas da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2 Este Contrato vincula-se em todos os seus termos ao Processo Administrativo nº 016/2024, o qual refere-se ao Credenciamento nº 01/2024, especialmente ao Termo de Referência, ao Edital, a Proposta do contratado e a Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2.3 A celebração do presente Contrato não gera qualquer vínculo empregatício entre as partes, ou entre o Poder Legislativo e os empregados ou prepostos a contratada, não se aplicando à espécie qualquer norma decorrente da legislação trabalhista.

3. DA VIGÊNCIA

3.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, com início na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 106 da Lei nº 14.133/2021.

3.2 A prorrogação é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições permanecem vantajosas para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

b) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

c) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

d) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3.3 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.4 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo, com as devidas publicações exigidas em lei.

3.5 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.



Câmara Municipal de Brodowski

Estado de São Paulo

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas oriundas do presente contrato correrão por conta das verbas previstas para o orçamento do exercício de 2024, a saber: **Dotação 3.3.90.46.00 – Auxílio Alimentação.**

5. DAS CONDIÇÕES GERAIS E DO REGIME DE EXECUÇÃO

5.1 VALOR DO CONTRATO – O valor global estimado do presente Contrato é de R\$ xxx.xxx,xx (xxxxxx), no qual se inclui todos os tributos incidentes sobre o fornecimento, a saber:

5.2 O número de servidores públicos a serem atendidos é estimado em: 11 (onze) cartões vale alimentação, no valor de R\$ 888,06 (oitocentos e oitenta e oito reais e seis centavos) cada um. Os pedidos efetivos de cartões serão quantificados e estipulados de acordo com pesquisa interna que será realizada pelo órgão competente, à vista da demanda real em cada ocasião, com base no número real de servidores públicos da Câmara Municipal de Brodowski e informados a contratada quando houver alteração.

5.3 A quantidade de cartões poderá ser alterada pela Câmara Municipal de Brodowski no caso de novas contratações e/ou exonerações cujas quantidades no caso serão definidas de acordo com a rotatividade dos servidores públicos.

5.4 Os cartões-alimentação serão entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da assinatura do contrato, ao Departamento de Contabilidade, Finança e Tesouraria, que distribuirá os mesmos aos beneficiários.

5.5 O servidor público contemplado com o benefício terá direito a 01 (um) cartão-alimentação, sem ônus, sendo os valores mensais e cumulativos.

5.6 O valor unitário para emissão de 2ª via do cartão (preço apenas informativo) será de R\$ *****

6. DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

6.1 Pelos serviços prestados, objeto do presente contrato, a taxa de administração será de 0,00% (zero por cento).

6.2 O pagamento dos valores correspondentes a inserção dos créditos no cartão vale alimentação será efetuado mensalmente em até 15 (quinze) dias posteriores à data de disponibilização da nota fiscal e do crédito aos beneficiários, que deverá ocorrer até o dia 20 de cada mês.

6.3 Caso haja o reajuste do valor dos créditos inseridos nos cartões magnéticos, o preço da taxa de administração permanecerá o mesmo, em respeito ao disposto no art. 2º, § 2º da Lei 10.192/2001.

7. DO REAJUSTE

7.1 O valor do percentual relativo à Taxa de Administração será fixo e irrevogável durante a vigência do contrato e suas possíveis prorrogações.

7.2 O valor mensal do vale-alimentação será reajustado através de Ato da Mesa Diretora ou Resolução.

7.3 A alteração dos valores estimados do contrato ocorrerá por meio de Termo de Apostilamento.

8. DA REGULARIDADE FISCAL

8.1 Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte da contratante, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.



Câmara Municipal de Brodowski

Estado de São Paulo

8.2 A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação visando à regularização. Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste contrato.

8.3 A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

- a)** por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;
- b)** por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;
- c)** por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

8.4 As consultas de que tratam as alíneas acima serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

9. DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto serão os constantes no termo de referência e proposta comercial e demais documentos que compõem o processo administrativo nº 016/2024.

10. DOS DIREITOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

A Contratada, além do fornecimento dos serviços e das responsabilidades resultantes da legislação obriga-se a:

10.1 Manter, à frente da empresa, pessoa qualificada, para representá-la junto à fiscalização.

10.2 Efetuar o pagamento aos estabelecimentos credenciados, do valor de consumo nos cartões alimentação, utilizados pelos usuários.

10.3 Orientar a Câmara Municipal de Brodowski na conscientização de seus usuários, quanto à correta utilização dos cartões alimentação.

10.4 Responsabilizar-se por danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, por seu empregado ou preposto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Câmara Municipal de Brodowski.

10.5 Assumir toda responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da prestação dos serviços, objeto desta licitação.

10.6 A contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme Lei 14.133/2021.

10.7 A contratada deverá manter, nas empresas credenciadas e/ou afiliadas à sua rede, indicação de adesão por meio de placas, selos identificadores ou adesivos;

10.8 A contratada, quando solicitado pela contratante, deverá disponibilizar relatórios gerenciais com as seguintes informações mínimas:

10.8.1 Nome do usuário, número do cartão, data e valor do crédito concedido;

10.8.2 Local, data e valor da utilização dos créditos pelos usuários na rede de estabelecimentos afiliados;

10.8.3 Quantidade de cartões eletrônicos/magnéticos alimentação reemitidos por usuário.

10.8.4 Deverá ser disponibilizado os seguintes serviços para os usuários dos cartões alimentação:

10.8.5 Consulta de saldo do cartão eletrônico alimentação via “web”;

10.8.6 Consulta de rede afiliada via “web”;

10.8.7 Comunicação de perda, roubo, extravio ou dano através de central telefônica;



Câmara Municipal de Brodowski

Estado de São Paulo

10.8.8 Solicitação de segunda via de cartão eletrônico alimentação e senha através de central telefônica.

11. DOS DIREITOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

11.1 Além das obrigações resultantes da observância da legislação pertinente, são obrigações da contratante:

11.1 Acompanhar e fiscalizar, através de preposto designado pela Câmara Municipal, a execução da prestação dos serviços;

11.2 Devolver a Contratada, os cartões magnéticos que estiverem com prazo e validade vencido, divulgado pela Contratada;

11.3 Efetuar os pagamentos na forma do prazo previsto no contrato;

11.4 Informar à Contratada os casos de furto ou extravio de cartões, imediatamente após ocorrência, para que sejam suspensos os créditos;

11.5 Informar mensalmente à Contratada, os casos de novas contratações e/ou demissões, bem como o valor total do mês a ser creditado nos cartões, quando houver alteração;

11.6 Manter sob sua guarda e controle os cartões magnéticos, enquanto não distribuídos aos seus empregados públicos, não se responsabilizando a Contratada, em nenhuma hipótese, pelo reembolso ou substituição dos cartões magnéticos, que em poder da Câmara Municipal, ou mesmo de seus servidores públicos, sejam furtados ou extraviados;

11.7 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Contrato e demais documentos constantes no Processo Administrativo nº 016/2024;

11.8 A CONTRATANTE deverá fornecer ao CONTRATADO todas as informações necessárias à realização do serviço, devendo especificar os detalhes necessários à perfeita execução do mesmo e a forma de como ele deve ser entregue.

11.9 Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste

11.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

11.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. DAS ALTERAÇÕES

12.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2 A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3 Registro que não caracterizam alteração do contrato pode ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.



Câmara Municipal de Brodowski

Estado de São Paulo

13. DAS VEDAÇÕES

É vedado à Contratada:

- a) Caucionar ou utilizar este termo de contrato para qualquer operação financeira;
- b) Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.
- c) Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

14. DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

14.1 É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

14.2 As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

14.3 As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

14.4 Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação.

14.5 A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

14.6 A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

15. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AOS CASOS OMISSOS

15.1 Aplica-se ao presente Contrato o disposto na Lei Federal nº 14.133/21 e Resolução nº 001, de 20 de janeiro de 2023 do Poder Legislativo de Brodowski/SP.

15.2 Os casos omissos serão decididos segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, demais leis federais aplicáveis, pelos preceitos de direito público, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

16. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do Contrato;
- d) ensejar retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



Câmara Municipal de Brodowski

Estado de São Paulo

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- g) comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846 de 1º de agosto de 2013.

16.2 Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

16.2.1 A multa prevista acima será a seguinte: Até 10% (dez por cento) do valor total contratado, no caso de sua não realização e/ou descumprimento de alguma das cláusulas contratuais;

16.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei n.º 14.133/2021).

16.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei n.º 14.133/2021).

16.5 Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei n.º 14.133/2021).

16.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis foram superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei n.º 14.133/2021).

16.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.9 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei n.º 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

16.11 A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a



Câmara Municipal de Brodowski

Estado de São Paulo

CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei n.º 14.133/2021).

16.12 O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei n.º 14.133/2021).

16.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/2021. 10.11.

17. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

17.1 O fornecimento do objeto deste contrato será fiscalizado pelos servidores nomeados pelo Ato da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Brodowski/SP nº 004/2024 ou o que venha substituí-lo, nos termos da Lei Municipal nº 2.791/2023.

17.2 Nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, caberá ao fiscal e gestor o acompanhamento dos serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no termo de referência.

17.3 O acompanhamento e a fiscalização da execução deste contrato consistem na verificação, pelo contratante, da conformidade na prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

17.4 A existência desse acompanhamento não exime a contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer da execução contratual.

17.5 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário e estipulando prazo para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

17.6 Qualquer omissão ou tolerância das partes em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste instrumento, ou em exercer prerrogativas, dele decorrentes, não constituirá novação ou renúncia e não afetará o direito das partes de exercê-los a qualquer tempo.

18. DOS CASOS DE EXTINÇÃO CONTRATUAL

18.1 O Contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

18.2 O Contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quanto este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o Contrato não mais lhe oferece vantagem.

18.3 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do Contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

18.4 Caso a notificação da não-continuidade do Contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data de comunicação.

18.5 O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei n.º 14.133/2021.

18.6 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato. Se a operação



Câmara Municipal de Brodowski

Estado de São Paulo

implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

18.7 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a)** balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b)** relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c)** indenizações e multas.

18.8 A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133/2021).

19. DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

20. DO FORO

Fica eleito o Foro da cidade de Brodowski/SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões relacionadas com o presente Contrato, que não puderem ser resolvidas pela via Administrativa.

Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor na presença de duas testemunhas que a tudo assistiram e abaixo assinam, que passa a fazer parte integrante do presente contrato.

Brodowski, ____ de _____ 2024.

CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Nome:
C.P.F.

Nome:
C.P.F.



Câmara Municipal de Brodowski

Estado de São Paulo

ANEXO VII – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação, via Credenciamento, de empresa especializada na administração e fornecimento de documentos de legitimação (cartões eletrônicos, magnéticos ou outros oriundos de tecnologia adequada), em arranjo de pagamento aberto ou fechado, para aquisição de gêneros alimentícios com estabelecimentos comerciais credenciados (supermercados, hipermercados, comércios de laticínios, padarias, açougues, lanchonetes e similares) no município de Brodowski e região, destinados aos servidores da Câmara Municipal de Brodowski.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Trata-se de fornecimento de Vale-Alimentação para os servidores da Câmara Municipal de Brodowski, no valor mensal, individual, de R\$ 888,06 (oitocentos e oitenta e oito reais e seis centavos)

2.1.1. Para fornecer esse benefício, a Câmara possui a necessidade de contratar uma empresa especializada na administração e fornecimento de cartões para aquisição de gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais credenciados.

2.2. Diante da grande quantidade de empresas do ramo, de que os beneficiários diretos serão os funcionários da Câmara Municipal, da vedação da taxa negativa pela Lei 14.442/2022 e de que a Lei 14.133/2021 assim permite, a contratação será feita na modalidade Credenciamento.

2.2.1. O art. 79, II, da Lei 14.133/2021 preceitua que o Credenciamento pode ser feito quando a seleção competir a critério de terceiros, ou seja, a cargo do beneficiário direto da contratação. Portanto, vê-se que esta modalidade de contratação se adequa ao pretendido pela Administração da Câmara Municipal: assegurar aos servidores a melhor proposta para fornecimento do benefício auxílio-alimentação.

3. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Taxa de Administração será 0,00% (zero por cento).

3.1.1. Não poderão ser cobradas tarifas para emissão, entrega, estorno ou recarga de cartões alimentação, sendo admitida apenas a cobrança de taxa de emissão da segunda-via do cartão.

3.2. A quantidade de cartões estimada é de 11 (onze) Cartões de Alimentação.

3.2.1. A estimativa levou em conta o quadro atual de 11 (onze) servidores.

3.3. O valor anual máximo estimado é de R\$ 126.992,58 (cento e vinte e seis mil novecentos e noventa e dois reais e cinquenta e oito centavos), equivalente a 13 (treze) meses (12 regulares e 01 a concedido em dobro, no mês de dezembro de cada exercício, conforme determinado pela Resolução nº 003/2007, alterada pela Resolução nº 007/2023)



Câmara Municipal de Brodowski

Estado de São Paulo

3.3.1. O valor mensal atual do vale-alimentação, por servidor, é de R\$ 888,06 (oitocentos e oitenta e oito reais e seis centavos)

3.4. O pagamento será efetuado de acordo com o número de beneficiários vinculados a cada empresa credenciada.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.

4.1. O pagamento dos gêneros alimentícios deverá ser operacionalizado por meio de cartões eletrônicos, com chip de segurança ou tarja magnética, respeitando as seguintes especificações:

- a) Ser compatível com terminais de pagamentos dos tipos TEF e POS;
- b) Proteção por senha numérica pessoal e intransferível, de forma a garantir a privacidade e a segurança na sua utilização e evitar prejuízos em caso de extravio, furto ou roubo;
- c) Confeccionado em plástico tipo PVC
- d) Conter o nome completo do servidor e numeração de identificação sequencial;
- e) Possibilitar acúmulo de valores, caso não sejam utilizados dentro do período de crédito;
- f) Validade do cartão de, no mínimo, 12 (doze) meses a contar da data de emissão;
- g) Operar em arranjo de pagamento aberto ou fechado.

4.2. O referido cartão deverá possibilitar a utilização do benefício na aquisição de gêneros alimentícios, em ampla e abrangente rede de estabelecimentos afiliados, (hipermercados, comércios de laticínios, padarias, açougues, lanchonetes e similares) no município de Brodowski e região.

4.3. Os créditos deverão ser disponibilizados conforme disposto no item 8.

4.4. Os créditos deverão ser cumulativos e sem prazo de validade.

4.5. Após o término do contrato, os créditos remanescentes deverão ter validade mínima de 90 (noventa) dias, devendo a contratada comunicar aos beneficiários o prazo de validade para utilização dos créditos.

4.6. A CONTRATADA deverá entregar os cartões de Vale-Alimentação na Câmara Municipal em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis da assinatura do contrato.

4.7. A entrega dos cartões deverá ser feita em um único lote, salvo novas solicitações de caráter eventual, em envelopes lacrados contendo ao lado externo o nome do servidor, acompanhados de manual básico de utilização, aos cuidados do departamento competente.



Câmara Municipal de Brodowski

Estado de São Paulo

4.8. Os cartões deverão ser entregues bloqueados, sendo que o desbloqueio deverá ser feito pelo beneficiário, através de central de atendimento telefônico, via internet ou aplicativo mobile.

4.9. Os custos de emissão, fornecimento e entrega dos cartões ou quaisquer outras despesas relacionadas à execução dos serviços contratados **correrão por conta da Contratada e não deverão gerar quaisquer ônus à Câmara Municipal de Brodowski ou aos beneficiários.**

4.10. A opção do servidor dar-se-á após o resultado do credenciamento, em formulário próprio junto à comissão de contratação da Câmara Municipal de Brodowski.

4.11. A Credenciada será considerada apta à formalização contratual, se alcançar adesão de no mínimo 03 (três) servidores.

4.11.1. Os servidores que escolherem uma Credenciada que não obtiver a adesão mínima estabelecida serão convidados a fazer nova escolha entre as Credenciadas aptas.

4.12. O servidor somente poderá optar por outra credenciada, depois de decorrido 12 (doze) meses.

4.13. Na inclusão de novos beneficiários, o prazo de entrega dos cartões de Vale-Alimentação será de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de solicitação.

4.14. A Contratada deverá fornecer segunda via dos cartões em caso de perda, furto, roubo, extravio ou desgaste natural, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de solicitação.

4.15. Os cartões entregues pela Contratada que não atenderem às especificações contidas neste Termo ou apresentarem quaisquer defeitos, serão rejeitados, ficando a Contratada obrigada a providenciar sua reposição e entrega no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da notificação.

4.16. Em relação aos itens 4.14 e 4.15 a Contratada deverá bloquear o saldo existente logo após a devida comunicação do fato ocorrido e deverá repassar o crédito existente no cartão atual para outro cartão que será solicitado pelo servidor e/ou Câmara.

4.17. A Contratada deverá fornecer aos beneficiários todas as orientações e instruções sobre a utilização do cartão.

4.18. A Credenciada que receber adesão **deverá**, sob pena de descredenciamento do certame, apresentar, quando convocada para assinatura do contrato, lista **atualizada** de rede credenciada em Brodowski e região, **no caso de empresas que operam pelo regime de arranjo fechado.**



Câmara Municipal de Brodowski

Estado de São Paulo

4.19. A contratante poderá exigir a comprovação de reembolso à rede credenciada a qualquer momento no curso da contratação, e não havendo atendimento por parte da contratada, será incursa nas penalidades contratuais consequentes à inexecução.

4.20. A Câmara poderá solicitar à contratada, durante a vigência do contrato a ser firmado, o credenciamento de novos estabelecimentos, em decorrência de necessidades supervenientes;

4.21. Deverá ser disponibilizado à Contratante sistema informatizado (site ou software) de gerenciamento dos benefícios.

4.21.1. Um servidor designado pela Câmara deverá possuir login e senha de acesso ao sistema com totais poderes para executar as ações necessárias para a execução do objeto.

4.22. O sistema disponibilizado deverá contar com metodologia de acompanhamento e controle de lançamento dos créditos de forma global e individualizada, possibilitando a impressão ou geração dos respectivos relatórios para conferência.

4.23. Para atendimento ao item acima, a tecnologia apresentada deverá possuir no mínimo as seguintes funcionalidades:

- a) Inclusão, alteração, exclusão, consulta de beneficiários e seus dados (nome, CPF, tipo e valor do benefício e número do cartão);
- b) Solicitação de cartões, bloqueio e cancelamento de cartões;
- c) Solicitação de emissão de 2ª via de cartão;
- d) Módulo para pedidos de créditos com campo de pesquisa, campo para definição do valor a ser creditado e data de carregamento dos créditos;
- e) Solicitação de pedidos individualmente, para funcionário específico e em determinado valor;
- f) Possibilitar a emissão de Extratos por usuários e Relatórios Gerenciais dos pedidos de créditos, contendo a relação dos servidores beneficiários, os valores, a data de crédito e o mês de referência;
- g) Acompanhamento do status das solicitações (pedidos de créditos efetivados, entrega de cartões);
- h) Relatório contendo os dados das transações efetuadas com o cartão para efeitos de auditoria de extratos e saldos, devendo as informações trazerem local, horário e valor da transação.
- i) Permitir que a Contratante realize o remanejamento dos valores creditados, nos casos em que o servidor não realizar o desbloqueio do cartão ou em casos de encerramento de vínculo;
- j) Consulta e emissão de relação atualizada da rede de estabelecimentos conveniados.

4.24. Deverá ser disponibilizado aplicativo mobile aos beneficiários, compatíveis e disponíveis para os sistemas Android e IOS, e possuir no mínimo as funções de consulta de rede credenciada e consulta de saldos e históricos de utilização (extrato).



Câmara Municipal de Brodowski

Estado de São Paulo

4.25. Deverá também disponibilizar canais de atendimento telefônico e eletrônico à Contratante e aos beneficiários, para tais consultas, para comunicação de perda, roubo, furto ou extravio e para solicitação de 2ª via.

4.26. As formas de consulta (salvo a telefônica) deverão ser disponibilizadas 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.2. A facilitadora de aquisição de gêneros alimentícios deverá atender integralmente ao disposto na legislação que dispõe sobre a regulamentação do PAT, de que trata a Lei nº 6.321/1976, a Lei nº 14.442/2022 e o Decreto Federal nº 10.854/2021, e suas atualizações, bem como condições e exigências estabelecidas pela Câmara Municipal de Brodowski.

5.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.3.1. O Contratado deverá manter preposto aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato e, quando exigido, no local da prestação do serviço. A indicação do preposto poderá ser recusada, justificadamente, pela Administração, devendo o contratado designar outro para a atividade.

5.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.6. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado.

6. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal: 3.3.90.46.00 – Auxílio Alimentação.



Câmara Municipal de Brodowski

Estado de São Paulo

7. DURAÇÃO DO CONTRATO

O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 106 da Lei 14.133/21.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. Pelos serviços prestados, objeto do presente contrato, a taxa de administração será de 0,00% (zero por cento).

8.2. O pagamento dos valores correspondentes a inserção dos créditos no cartão vale alimentação será efetuado mensalmente em até 15 (quinze) dias posteriores à data de disponibilização da nota fiscal e do crédito aos beneficiários, que deverá ocorrer até o dia 20 de cada mês.

8.3. Caso haja o reajuste do valor dos créditos inseridos nos cartões magnéticos, o preço da taxa de administração permanecerá o mesmo, em respeito ao disposto no art. 2º, § 2º da Lei 10.192/2001.

9. REAJUSTE

9.1. O valor mensal do vale-alimentação concedido aos servidores será reajustado obedecendo a legislação aplicável à Câmara Municipal de Brodowski.

9.2. O valor do percentual relativo à Taxa de Administração será fixo e irredutível durante a vigência do contrato e suas possíveis prorrogações.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento auxiliar de contratação, na modalidade **CREDENCIAMENTO**, mediante inexigibilidade de licitação.

10.2. Os documentos necessários à habilitação estão descritos no Edital.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Requisitar os créditos por meio eletrônico disponibilizado pela Contratada, especificando os valores devidos a cada servidor;

11.2. Requisitar à empresa Contratada a emissão de cartões (via inicial ou segunda via), indicando através de relatório os valores pertinentes.

11.3. Solicitar o cancelamento de cartões ou créditos indevidos ou de beneficiários que deixem de fazer jus ao benefício, solicitando o respectivo estorno em fatura próxima, quando for o caso.

11.4. Orientar seus servidores para que cumpram as determinações legais e não desvirtuem a utilização dos valores creditados em seus respectivos cartões.



Câmara Municipal de Brodowski

Estado de São Paulo

11.5. Manter, junto à Contratada, devidamente atualizado, seu cadastro de servidores autorizados a demandar os serviços contratados.

11.6. Fornecer e colocar à disposição da Contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários ao cumprimento do contrato.

11.7. Comunicar à Contratada, imediatamente, quaisquer falhas ocorridas na execução do contrato ou irregularidade constatada na execução dos serviços.

11.8. Cumprir e fazer cumprir todas as disposições contidas neste Termo de Referência.

11.9. Rejeitar os serviços realizados em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada, estabelecendo prazo razoável para sua correção.

11.10. Efetuar os pagamentos à Contratada na forma e nos prazos previstos neste Termo de Referência, após o cumprimento das formalidades legais.

11.11. Aplicar à Contratada, quando cabíveis, as penalidades regulamentares, contratuais e legais.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Prestar os serviços nas condições previstas neste Termo de Referência e na Proposta Comercial apresentada, bem como obedecer a legislação e normas técnicas vigentes acerca da alimentação de trabalhadores.

12.2. Fornecer suporte técnico especializado para solução de eventuais problemas constatados pela Contratante, suprimindo suas necessidades imediatas, nos prazos por ela estabelecidos, arcando, também, com os custos e despesas relativas a viagens, estadia, alimentação e outros que possam ocorrer com o pessoal disponibilizado pela Contratada.

12.3. Não transferir a outra empresa, o objeto da contratação.

12.4. Entregar o objeto do contrato dentro dos prazos dispostos, no local, especificações e quantidades contratadas.

12.5. Arcar com todas as despesas referentes aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços objeto da contratação.

12.6. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na contratação, em especial encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.



Câmara Municipal de Brodowski

Estado de São Paulo

12.7. Responder pelos danos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato e responsabilizar-se por seus empregados em decorrência dos serviços prestados, inclusive pela imediata indenização de danos por ele eventualmente causados.

12.8. Comunicar à Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessários.

12.9. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, de transportes e taxas de administração, bem como despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza, despesas operacionais com frete, carga e descarga, resultantes da execução deste contrato, sendo que sua inadimplência, com relação a tais encargos, não transfere ao Contratante o ônus pelo seu pagamento, não podendo onerar o presente contrato.

12.10. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

12.11. Comunicar ao Fiscal de Contrato, sempre que necessário, as ocorrências verificadas no transcorrer dos serviços.

12.12. Garantir a qualidade de sua rede conveniada, fiscalizando as instalações internas e externas dos estabelecimentos conveniados, condições de higiene de acordo com as determinações contidas no PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador - e demais legislações aplicáveis à espécie.

13. PENALIDADES

13.1. O não cumprimento das condições estipuladas neste Termo de Referência implicará a adoção de medidas e penalidades previstas na Lei 14.133/21.

BRAZ GONÇALVES DA SILVA FILHO
- PRESIDENTE -